

Apelação Cível n. 2013.050676-0, de Curitiba  
Relator: Des. Nelson Schaefer Martins

AÇÃO ANULATÓRIA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO. COBRANÇA DE IPTU. CASAN. IMUNIDADE RECÍPROCA. ALEGAÇÃO DO APELANTE DE QUE A PARTE AUTORA NÃO POSSUI PROPRIEDADES NO MUNICÍPIO A ENSEJAR EVENTUAL RESTITUIÇÃO. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA QUE APRESENTOU BOLETO NO QUAL CONSTA A CASAN COMO CONTRIBUINTE. PRETENSÃO DERRUÍDA. SENTENÇA QUE CONDENOU O MUNICÍPIO AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS EM R\$ 1.500,00. FIXAÇÃO EM 10% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. ENTENDIMENTO FIRMADO NESTA SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n. 2013.050676-0, da comarca de Curitiba (2ª Vara Cível), em que é apelante Município de São Cristóvão do Sul, e apelada Companhia Catarinense de Águas e Saneamento CASAN:

A Segunda Câmara de Direito Público decidiu, por votação unânime, dar parcial provimento ao recurso. Custas na forma da Lei.

Participaram do julgamento, realizado nesta data, os Exmos. Srs. Des. Cid Goulart e Des. Francisco Oliveira Neto

Florianópolis, 16 de dezembro de 2013.

Nelson Schaefer Martins  
PRESIDENTE E RELATOR

## RELATÓRIO

Município de São Cristóvão do Sul interpôs apelação cível contra a sentença da lavra do Juiz de Direito Dr. Fabiano Antunes da Silva, da 2ª Vara Cível da comarca de Curitiba que, em ação anulatória c/c repetição de indébito proposta por Companhia Catarinense de Águas e Saneamento CASAN, julgou procedente o pedido, *verbis*:

Assim sendo, acolho o pedido formulado na inicial (artigo 269, inciso I, do CPC) para: a) declarar a imunidade tributária da autora, referente aos impostos Municipais; e, b) condenar o réu à repetição do imposto pago pela autora nos últimos cinco anos que antecederam à propositura da ação, corrigido pelos índices oficiais de remuneração básica aplicados à caderneta de poupança para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora, consoante o disposto no art. 1º-F da Lei 9.494/97, com a redação que lhe foi conferida pela Lei 11.960/09.

Torno definitiva, a antecipação de tutela, para suspender a exigibilidade dos créditos tributários já lançados pelo réu.

Autorizo a requerente, após o trânsito em julgado, a levantar o valor depositado no processo. Para tanto, expeça-se alvará.

Condeno o réu no pagamento dos honorários advocatícios, que fixo em R\$ 1.500,00, de acordo com o disposto no art. 20, § 4º, do CPC. Sem custas, eis que vencida a Fazenda Pública Municipal (LCE 156/97).

O apelante aduziu, em síntese, que a parte autora não possuiria imóveis no Município, de forma que o pedido deveria ser julgado improcedente e os ônus sucumbenciais invertidos. Requereu, alternativamente, a redução do valor fixado a título de honorários advocatícios.

Foram apresentadas contrarrazões e os autos ascenderam a esta Corte Estadual de Justiça.

Este é o relatório.

## VOTO

### 1. Do interesse de agir da CASAN.

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento CASAN formulou ação anulatória c/c repetição de indébito contra o Município de São Cristóvão do Sul com o intuito de obter o reconhecimento da sua imunidade tributária, bem como a restituição dos valores pagos nos 5 anos anteriores à propositura da demanda.

O apelante sustentou que a inexistência de bens imóveis de propriedade da CASAN na comarca, conforme certidão de fl. 82, seria suficiente a afastar a pretensão da parte autora.

Entretanto, verifica-se que a CASAN trouxe aos autos o boleto bancário de fl. 22, no qual é apontada como contribuinte de IPTU.

Dessa maneira, conclui-se que a parte autora detém interesse de agir relativamente à pretensão de reconhecimento de imunidade recíproca postulado.

Acerca da imunidade da CASAN, colhem-se descisões desta Corte estadual de Justiça:

1) Apelação Cível n. 2013.047223-2, de Curitiba, rel. Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva, Primeira Câmara de Direito Público, j. 22.10.2013:

TRIBUTÁRIO. AÇÃO ANULATÓRIA CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO. IPTU. CASAN. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA PRESTADORA DE SERVIÇO PÚBLICO. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA. PRECEDENTES.

"Tratando-se de atividade em que a sociedade de economia mista substitui o Estado na prestação de serviço público obrigatório e essencial, não há lugar para sujeitá-la passivamente a qualquer incidência tributária. Tais atividades estão acobertadas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, inc. VI, alínea a, da CF" (Apelação Cível n. 2006.011707-3, de Criciúma, rel. Des. Subst. Newton Janke, j. em 31-5-2007) (AC nº 2007.055313-1, Des. Vanderlei Romer)". (AI n. 2008.081411-1, de Lages, rel. Des. Newton Trisotto, Primeira Câmara de Direito Público, j. 25-8-2009). RECURSO DESPROVIDO.

2) Apelação Cível n. 2013.040770-9, de Itajaí, rel. Des. Jaime Ramos, Quarta Câmara de Direito Público, j. 10.10.2013:

TRIBUTÁRIO - IPTU E OUTROS IMPOSTOS MUNICIPAIS - AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL - SERVIÇOS PÚBLICOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E TRATAMENTO DE ESGOTO PRESTADOS PELA CASAN - NULIDADE DO LANÇAMENTO - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA CONFERIDA PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ART. 150, VI, "A") - MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA - EXTENSÃO DA BENEFÍCIO À SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO ESSENCIAL - PRECEDENTES DO STF E DESTA CORTE - RESSALVA DO RELATOR EM CONTRÁRIO - RECURSO E REMESSA OFICIAL DESPROVIDOS.

"Tratando-se de atividade em que a sociedade de economia mista substitui o Estado na prestação de serviço público obrigatório e essencial, não há lugar para sujeitá-la passivamente a qualquer incidência tributária. Tais atividades estão acobertadas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, inc. VI, alínea a, da CF" (TJSC, AC n. 2006.011707-3, de Criciúma, Rel. Des. Newton Janke).

3) Apelação Cível n. 2012.013590-8, de Rio do Oeste, rel. Des. Pedro Manoel Abreu, Terceira Câmara de Direito Público, j. 04.06.2013:

Apelação cível. Ação anulatória c/c repetição indébito tributário. IPTU e impostos municipais. Imunidade recíproca. Sociedade de economia mista que presta serviço público essencial (CASAN). Exegese do art. 150, VI, alínea a, da Constituição Federal. Precedentes do STF e da Corte catarinense. Repetição devida. Juros de mora e correção escorreitamente estabelecidos. Honorários advocatícios arbitrados com razoabilidade. Sentença mantida. Recurso desprovido. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal entende que a sociedade de economia mista prestadora de serviço público de água e esgoto é abrangida pela imunidade tributária recíproca, nos termos da alínea a do inciso VI do art. 150 da Constituição Federal. Precedentes (STF, RE 631309 AgR, rel. Min. Ayres Britto, j. 27.3.2012).

2. Dos honorários advocatícios.

O Município apelante requereu a reforma da decisão no tocante aos honorários advocatícios, fixados em R\$ 1.500,00.

A jurisprudência desta Segunda Câmara de Direito Público pacificou entendimento no sentido de que, vencida a Fazenda Pública, os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados em 10% sobre o valor da condenação, no caso o montante atualizado da repetição de indébito.

Nesse sentido é o precedente da colenda Segunda Câmara de Direito Público desta Corte Estadual de Justiça em Apelação Cível n. 2010.079047-8, de Balneário Camboriú, rel. Des. João Henrique Blasi, j. 17.08.2012:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. PEDIDO DE CONVERSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ COM PROVENTOS PROPORCIONAIS EM INTEGRAL. LESÃO DECORRENTE DE ACIDENTE *IN ITINERE*. SEQUELA NO QUADRIL. PERÍCIA CERTIFICADORA DE INCAPACIDADE TOTAL E PERMANENTE. DIREITO À PRETENDIDA CONVOLAÇÃO POR FORÇA DE LEI LOCAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ADEQUADAMENTE FIXADOS. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

[...] II. Vencida a Fazenda Pública, esta Corte tem entendimento pacificado no sentido de que a fixação dos honorários advocatícios de sucumbência deve situar-se, em regra, no patamar de 10% (dez por cento) do valor da condenação.

Ante o exposto, dá-se parcial provimento ao recurso.

Este é o voto.